

KARL LARENZ

METODOLOGIA DA CIÊNCIA DO DIREITO

8.ª Edição

Tradução de
JOSÉ LAMEGO



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Tradução
do original alemão intitulado:
«METHODENLEHRE DER RECHTSWISSENSCHAFT»
KARL LARENZ
6.ª edição, reformulada, 1991
©Springer-Verlag Berlin Heidelberg

Reservados todos os direitos de acordo com a lei
Edição da
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Av. de Berna | Lisboa
2019

ÍNDICE GERAL

LISTA DAS ABREVIATURAS	XV
PREFÁCIO À 6. ^a EDIÇÃO	XIX
DO PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	XXI
INTRODUÇÃO	1

I — PARTE HISTÓRICO-CRÍTICA

TEORIA DO DIREITO E METODOLOGIA NA ALEMANHA DESDE SAVIGNY

Capítulo I

A METODOLOGIA DE SAVIGNY	9
--------------------------------	---

Capítulo II

A «JURISPRUDÊNCIA DOS CONCEITOS» DO SÉCULO XIX	21
1. A «genealogia dos conceitos» de PUCHTA	21
2. O «método histórico-natural» do JHERING da primeira fase	29
3. O positivismo legal racionalista de WINDSCHEID	34
4. A teoria «objectivista» da interpretação	39

Capítulo III

A TEORIA E METODOLOGIA JURÍDICAS SOB A INFLUÊNCIA DO CONCEITO POSITIVISTA DE CIÊNCIA	45
1. A teoria psicológica do Direito de BIERLING	49
2. A passagem de JHERING a uma Jurisprudência pragmática	55

X

3. A primeira fase da «Jurisprudência dos interesses»	63
4. A passagem ao voluntarismo com o Movimento do Direito Livre	77
5. A viragem para a sociologia do Direito	83
6. A «teoria pura do Direito» de Kelsen	91
7. O «positivismo jurídico institucionalista» de OTA WEINBERGER	109

Capítulo IV

O ABANDONO DO POSITIVISMO NA FILOSOFIA DO DIREITO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	113
---	-----

1. A «Teoria da Ciência do Direito» de STAMMLER e a sua doutrina do «Direito justo»	115
2. Neokantismo «sudocidental alemão» e teoria dos valores	125
3. Idealismo objectivo e dialéctica	138
4. A teoria fenomenológica do Direito	151

Capítulo V

A DISCUSSÃO METODOLÓGICA ACTUAL	163
---------------------------------------	-----

1. Da «Jurisprudência dos interesses» à «Jurisprudência de valoração»	163
2. A questão dos critérios de valoração supraleais	172
3. Conteúdo da norma e estrutura da realidade	182
4. A busca da solução justa do caso concreto	190
5. Tópica e procedimento argumentativo	201
6. Vinculação à lei e modelo subsuntivo	215
7. Sobre a questão do sistema	230
8. Sobre a discussão jusfilosófica relativa à justiça	241

II — PARTE SISTEMÁTICA

Capítulo I

INTRODUÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL DA JURISPRUDÊNCIA	261
--	-----

1. Os modos de manifestação do Direito e as ciências correspondentes	261
--	-----

2. A Jurisprudência como ciência normativa. A linguagem dos enunciados normativos	270
3. A Jurisprudência como ciência «compreensiva»	282
a) Compreender mediante o interpretar	282
b) A «estrutura circular» do compreender e a importância da «pré-compreensão»	285
c) Interpretação e aplicação das normas como processo dialéctico	293
4. O pensamento orientado a valores na Jurisprudência	297
a) O pensamento orientado a valores no âmbito da aplicação do Direito	300
b) O pensamento orientado a valores no âmbito da dogmática jurídica	312
c) Acerca das teses de NIKLAS LUHMANN sobre a dogmática jurídica	320
5. A importância da Jurisprudência para a actividade jurídica prática	326
6. O contributo cognoscitivo da Jurisprudência	333
7. A metodologia como auto-reflexão hermenêutica da Jurisprudência	339

Capítulo II

A DOCTRINA DA PROPOSIÇÃO JURÍDICA	349
1. A estrutura lógica da proposição jurídica	349
a) As partes integrantes da proposição jurídica (completa)	349
b) A proposição jurídica como proposição dispositiva. Crítica da teoria imperativista	353
2. Proposições jurídicas incompletas	359
a) Proposições jurídicas aclaratórias	360
b) Proposições jurídicas restritivas	362
c) Proposições jurídicas remissivas	364
d) Ficções legais como remissões	366
3. A proposição jurídica como elemento de uma regulação	370
4. Confluência (concurso) de várias proposições jurídicas ou regulações	372

XII

5. O esquema lógico da aplicação da lei	379
a) O silogismo de determinação da consequência jurídica	380
b) A obtenção da premissa menor: o carácter meramente limitado da «subsunção»	383
c) A derivação da consequência jurídica por intermédio da conclusão	387

Capítulo III

A CONFORMAÇÃO E APRECIAÇÃO JURÍDICA DA SITUAÇÃO DE FACTO	391
1. A situação de facto como acontecimento e como enunciado	391
2. A selecção das proposições jurídicas pertinentes à conformação da situação de facto	396
3. As apreciações requeridas	399
a) Juízos baseados na percepção	399
b) Juízos baseados na interpretação da conduta humana	401
c) Outros juízos proporcionados pela experiência social	402
d) Juízos de valor	406
e) A irredutível margem de livre apreciação por parte do juiz	413
4. A interpretação das declarações jurídico-negociais	419
a) As declarações jurídico-negociais como arranjos de consequências jurídicas	419
b) Sobre a interpretação dos negócios jurídicos	421
c) Sobre a classificação dos contratos obrigacionais em tipos contratuais legais	424
5. A situação de facto verificada	429
a) Sobre a comprovação dos factos no processo	429
b) A distinção entre a «questão de facto» e a «questão de direito»	433

Capítulo IV

A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	439
1. A missão da interpretação	439
a) A função da interpretação no processo de aplicação da lei	439
b) O escopo da interpretação: vontade do legislador ou sentido normativo da lei?	445

2. Os critérios da interpretação	450
a) O sentido literal	450
b) O contexto significativo da lei	457
c) Intenção reguladora, fins e ideias normativas do legislador histórico	462
d) Critérios teleológico-objectivos	469
e) O preceito de interpretação conforme à Constituição	479
f) A inter-relação dos critérios de interpretação	484
g) Comparação da interpretação da lei com a interpretação dos negócios jurídicos	490
3. A interpretação de factores conformadores	491
a) A aspiração a uma resolução justa do caso	491
b) A alteração da situação normativa	495
4. Problemas especiais da interpretação	500
a) Interpretação «estrita» e «ampla»; a interpretação de «disposições excepcionais»	500
b) Sobre a interpretação do Direito consuetudinário e dos precedentes	504
c) Sobre a interpretação da Constituição	510

Capítulo V

MÉTODOS DE DESENVOLVIMENTO JUDICIAL DO DIREITO	519
1. O desenvolvimento judicial do Direito como continuação da interpretação	519
2. A integração das lacunas da lei (desenvolvimento do Direito imanente à lei)	524
a) Conceito e espécies de lacunas da lei	524
b) A integração de lacunas «patentes», em especial por analogia	540
c) A integração de lacunas «ocultas», em especial por redução teleológica	555
d) Outros casos de correcção teleologicamente fundamentada do texto legal	564
e) Constatação de lacunas e integração de lacunas	569
f) A integração de lacunas como contributo de conhecimento criativo	572
3. A solução de colisões de princípios e normas mediante a «ponderação de bens»	574
4. Desenvolvimento do Direito para além do plano da lei (desenvolvimento do Direito superador da lei)	588

XIV

a) Desenvolvimento do Direito de acordo com as necessidades do comércio jurídico	588
b) Desenvolvimento do Direito de acordo com a «natureza das coisas»	593
c) Desenvolvimento do Direito de acordo com um princípio ético-jurídico	599
d) Limites do desenvolvimento do Direito superador da lei	606
5. O significado dos «precedentes» para a constituição do «Direito judicial»	610

Capítulo VI

A FORMAÇÃO DO CONCEITO E DO SISTEMA NA JURISPRUDÊNCIA	621
1. O sistema «externo» ou conceptual-abstracto	621
a) Tarefa e possibilidades da formação jurídica do sistema	621
b) O conceito abstracto e o sistema «externo» por seu intermédio articulado	624
c) A «construção» jurídica como instrumento de sistematização	627
d) As teorias jurídicas e a sua corroboração	638
e) A tendência inerente ao pensamento abstractivo para o esvaziamento de sentido	644
f) Excurso: A distinção de Hegel entre conceito abstracto e conceito concreto	650
2. Tipos e séries de tipos	655
a) O «tipo» como forma de pensamento em geral	655
b) A importância do tipo na ciência do Direito	660
c) A apreensão do tipo jurídico-estrutural	664
d) A importância dos tipos jurídico-estruturais para a formação do sistema (séries de tipos)	667
3. O sistema «interno»	674
a) A importância dos princípios jurídicos para a formação do sistema	674
b) Conceitos jurídicos determinados pela função	686
c) O carácter «aberto» e fragmentário do sistema «interno»	693
NÓTULA DO TRADUTOR: «Um filho do seu tempo»	701
PANORAMA BIBLIOGRÁFICO GERAL	715
ÍNDICE DE ASSUNTOS	723